

A CRÍTICA DE SEARLE AO CONCEITO DE INCONSCIENTE

Carlos Eduardo de Sousa Lyra¹

ORCID iD: [0000-0002-1986-7179](https://orcid.org/0000-0002-1986-7179)

Resumo: Neste artigo, examinamos o desenvolvimento do conceito de “processos psíquicos inconscientes” por Wilhelm Wundt e Sigmund Freud, no final do século XIX e início do século XX, apresentando as perspectivas desses autores sobre a mente consciente e inconsciente. Em seguida, analisamos a crítica de John Searle ao conceito de inconsciente em Freud e na psicologia cognitiva, introduzindo suas principais ideias sobre a mente consciente e sua relação com os estados inconscientes, sob a perspectiva de um naturalismo biológico que defende que os nossos estados mentais são características biológicas produzidas a partir do funcionamento de nossos cérebros. Neste sentido, apesar de admitir que os estados mentais inconscientes são intencionais e, eventualmente, podem se tornar conscientes, Searle conclui que sua ontologia é idêntica aos processos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro. Além disso, Searle introduz o conceito de *Background*, que consiste inteiramente em capacidades neurofisiológicas que influenciam diretamente nas relações que determinam as condições de satisfação para que ocorram estados intencionais, conscientes ou inconscientes, os quais estão inseridos numa Rede de outros estados intencionais.

Palavras-chave: Filosofia da mente; Psicologia; Psicanálise; Consciência; Inconsciente.

Abstract: In this article, we examine the development of the concept of “unconscious psychic processes” by Wilhelm Wundt and Sigmund Freud, in the late 19th and early 20th centuries, presenting the perspectives of these authors on the conscious and unconscious mind. Next, we analyze John Searle's criticism of the concept of unconscious in Freud and in cognitive psychology, introducing his main ideas about the conscious mind and its relationship with unconscious states, from the perspective of a biological naturalism that defends our mental states as biological characteristics produced by the functioning of our brains. In this sense, despite admitting that unconscious mental states are intentional and may eventually become conscious, Searle concludes that its ontology is identical to the neurophysiological processes that occur in the brain. In addition, Searle introduces the concept of *Background*, which consists entirely of neurophysiological capacities that directly influence the relationships that determine the conditions of satisfaction for intentional, conscious or unconscious states to occur, which are inserted in a Network of other intentional states.

Keywords: Philosophy of mind; Psychology; Psychoanalysis; Consciousness; Unconscious.

Em geral, costuma-se dizer que o estudo da mente inconsciente se iniciou no começo do século XX, quando Freud introduziu o conceito de ‘inconsciente’ como um dos pressupostos fundamentais da psicanálise. Contudo, antes de Freud, outros estudiosos já haviam examinado esse conceito sob uma perspectiva científica. Este é precisamente o caso do psicólogo alemão Wilhelm Wundt, que estabeleceu, a partir da segunda metade do século XIX, os fundamentos ontológicos e epistemológicos para o desenvolvimento de uma psicologia científica, incluindo o estudo dos processos psíquicos inconscientes.

¹ Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Estadual do Ceará – UECE/Quixadá-Ceará, Brasil. E-mail: carlos.lyra@uece.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1229345760043240>.

1. O estudo dos processos psíquicos inconscientes por Wilhelm Wundt

Diferentemente da tradição cartesiana, Wundt acreditava não ser possível uma psicologia baseada no conceito de mente enquanto uma substância, uma vez que, para ele, a tarefa de uma psicologia que pretende ser científica seria a de buscar as relações causais envolvidas nos processos psíquicos (ARAÚJO, 2010).

Num primeiro momento de sua trajetória como pesquisador, Wundt propõe uma reforma metodológica no campo da psicologia, introduzindo sua *teoria lógica da mente e a hipótese das inferências inconscientes* (ARAÚJO, 2010). Em outras palavras, Wundt defende, nessa fase inicial de sua obra, a existência de uma identidade entre os processos lógicos e os processos psíquicos, o que podemos chamar de um ‘panlogismo mental’. No que diz respeito aos processos psíquicos, sua primeira abordagem é a favor da existência de uma mente inconsciente que antecede e determina os próprios estados conscientes. No entanto, apesar desse determinismo inconsciente, é a noção mesma de consciência (através da analogia e do princípio de continuidade) que serve de referência para o conceito wundtiano de inconsciente, que se caracteriza como uma espécie de inconsciente cognitivo (ARAÚJO, 2010). Podemos dizer que esta primeira teoria formulada por Wundt já apresenta alguns dos fundamentos que serão retomados por Sigmund Freud no final do século XIX e início do século XX, com a invenção da psicanálise.

Num segundo momento de sua obra, Wundt abandona a dimensão inconsciente do psiquismo, redefinindo e ampliando a própria noção de consciência de maneira que esta passasse a abranger o que ele chama de ‘síntese perceptiva’, que anteriormente era considerada um processo inconsciente (ARAÚJO, 2010). Desta forma, ele passa a se referir a tudo aquilo que está para além da consciência como sendo meros processos psicofisiológicos. Este último modo de conceber a consciência e os estados mentais inconscientes se assemelha, de certa forma, com a perspectiva apresentada pelo filósofo John Searle, a qual será discutida mais adiante neste artigo.

De acordo com Wundt, ainda, a diferenciação entre Eu e Não-Eu deve ser pressuposta como uma das atividades pertencentes à esfera da consciência, e esta última não deve ser confundida com o conceito de autoconsciência. Além disso, ele acreditava não ser possível resolver o problema da essência da consciência. Um estudo científico da consciência, segundo ele, deve “investigar as condições básicas relativas ao seu surgimento, seu conteúdo e sua abrangência” (ARAÚJO, 2010, p. 98).

Outra distinção introduzida por Wundt é entre o que ele chama de ‘campo visual’ e ‘ponto focal’. O campo visual da consciência abrangeria todo o processo mais amplo associado à percepção, enquanto o ponto focal estaria associado mais especificamente à atenção. Assim, a *percepção* ocorreria quando uma determinada representação entrasse no campo visual interno. À entrada da representação no ponto focal da atenção, por sua vez, Wundt denomina *apercepção*. Portanto, não se torna mais necessário, na segunda fase da teoria wundtiana, postular a existência de uma síntese ou percepção inconsciente (ARAÚJO, 2010).

Diferentemente de sua primeira abordagem do psiquismo, Wundt passa a defender que “os processos mentais só adquirem uma forma lógica na consciência desenvolvida, quando entra em cena a linguagem e os conceitos abstratos” (ARAÚJO, 2010, p. 99). No entanto, o psicólogo alemão acreditava que antes de haver uma consciência desenvolvida, já existiria uma consciência originária, “formada apenas de representações e ligações de representações, sem qualquer abstração das experiências concretas do indivíduo” (idem, ibidem). Portanto, para Wundt, haveria uma dimensão da consciência que não envolveria necessariamente processos lógicos (i.e., conceitos abstratos associados à linguagem), sendo estes apenas característicos de uma fase posterior no desenvolvimento da consciência. De acordo com Wundt, ainda, “o hábito de transferir para os processos psíquicos primitivos as mesmas características de nossas formas lógico-lingüísticas atuais” (ARAÚJO, 2010, p. 100) se constitui num equívoco ontológico natural que deve ser atribuído à consciência desenvolvida.

2. O conceito de inconsciente na psicanálise freudiana

Embora seja mais conhecido como o ‘pai da psicanálise’, o médico neurologista Sigmund Freud trabalhou inicialmente como pesquisador de laboratório, tendo sido orientado por cientistas como Brücke e Meynert, que, por sua vez, foram discípulos de Helmholtz e Du Bois-Reymond (os quais também foram mestres de Wilhelm Wundt), representantes da importante escola alemã de fisiologia da segunda metade do século XIX. Além disso, Freud também foi aluno do filósofo e psicólogo Franz Brentano e do psiquiatra francês Martin Charcot. Portanto, Freud possuía conhecimentos teóricos e técnicos de fisiologia, filosofia, psicologia, psiquiatria e psicopatologia.

Os elementos principais que viriam constituir o corpo teórico da psicanálise freudiana já estavam presentes no *Projeto para uma psicologia científica*, uma espécie de esboço de uma teoria geral da mente segundo os princípios fisicalistas e evolucionistas da época, que, embora

tenha sido escrito por Freud em 1895, só seria publicado em 1950, após sua morte. Nesta obra, Freud desenvolve uma espécie de neurologia fantástica, com um vocabulário restrito ao que de pouco se conhecia acerca desta área de pesquisa no final do século XIX.

No *Projeto*, Freud (1990) declara a intenção de construir uma psicologia fundamentada nas ciências naturais, tomando como ponto de partida os conceitos de (1) *neurônios* como partículas materiais e (2) *quantidade em movimento* (Q). Assim, ele menciona a existência de três tipos de neurônios: (a) os neurônios *phi*, que são permeáveis à passagem de Q; (b) os neurônios *psi*, que permitem apenas uma passagem parcial de Q, devido à atividade das ‘barreiras de contato’ (espaços entre os neurônios que hoje conhecemos como ‘sinapses’); e (c) os neurônios *ômega*, que são diferenciações de *psi* relacionadas à percepção e à consciência. Estes últimos neurônios seriam dotados da propriedade de transmitir a outros neurônios o *período* do movimento neuronal gerado entre as barreiras de contato a partir da resistência à passagem de Q. Além disso, os neurônios *ômega* poderiam transformar Q em movimento físico, gerando motilidade, e também seriam responsáveis por agregar sensações de prazer ou desprazer (por aumento ou acúmulo de Q) às experiências qualitativas.

Além de tentar resolver o ‘problema da qualidade’ e o ‘problema da consciência’, postulando a existência dos neurônios *ômega*, Freud também fornece explicações para outros fenômenos mentais, como a memória e a existência de um ‘eu’ (ego). De acordo com Freud (1990), a memória é gerada a partir de facilitações entre os neurônios *psi*, ou seja, a partir de rastros ou traços deixados pela eventual passagem de Q entre as barreiras de contato dos neurônios. Já o conceito de ego é definido, no *Projeto*, como um agregado de neurônios *psi* investidos de Q e bem facilitados entre si. O papel do ego é o de inibir o aumento desordenado de Q, mantendo o equilíbrio do sistema e permitindo que os neurônios *ômega* desempenhem bem a sua função no que diz respeito à indicação qualitativa da realidade nos processos de percepção e consciência, o chamado ‘teste de realidade’. Uma eventual falha do ego seria responsável por um aumento de Q acima do limite permitido, causando os estados de alucinação.

Em *A Interpretação de Sonhos*, por sua vez, Freud define a consciência como “*um órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas*” (FREUD, 2001, p. 587 – ênfase no original). Posteriormente, Freud aproximará o pólo sensorial (*Pcpt.*) do que ele denomina de ‘aparelho psíquico’ ao pólo motor (*Cs.*), constituindo o sistema percepção-consciência (*Pcpt.-Cs.*). Assim, em seus artigos metapsicológicos, Freud (2006) inclui o sistema percepção-consciência num grande sistema que ele denomina de Pré-consciente / Consciente, ou sistema

Pcs. / Cs. Este se caracteriza pela presença de uma *temporalidade*, pela vigência do *princípio de realidade*, pela aplicação do *teste de realidade*, pela predominância do *processo psíquico secundário* e pela introdução de *censuras* (diferentes modalidades de *recalque*). Em suma, o sistema Pré-consciente / Consciente (*Pcs. / Cs.*) apresenta características opostas a do sistema Inconsciente (*Ics.*), que, por sua vez, é caracterizado pela *ausência de contradição* (ou *negação*), pela vigência do *processo psíquico primário* e do *princípio de prazer*, e pela *atemporalidade* (FREUD, 2006). Além disso, Freud afirma que, no pré-consciente, as representações-de-coisa estão ligadas às representações-de-palavra e aos afetos. Para que o complexo afeto/representação se tornasse consciente bastava que este fosse atraído pela ‘atenção’ da consciência.

No início da década de 1920, Freud propõe uma segunda tópica para descrever o aparelho psíquico. Trata-se de uma tópica estrutural (Ego, Id e Superego), complementar à primeira tópica (Inconsciente, Pré-consciente e Consciente), que é sistêmica. Na segunda tópica, Freud (1990) define o ego como um conjunto coerente de processos psíquicos diretamente relacionados à consciência, sendo responsável tanto pela percepção quanto pela motricidade. Assim, podemos dizer que o sistema percepção-consciência (*Pcpt.-Cs.*) está contido no ego. Este também é responsável pelos mecanismos de defesa inconscientes. De modo geral, portanto, o ego pode apresentar processos conscientes, pré-conscientes e inconscientes.

No *Esboço de Psicanálise*, outro texto publicado postumamente, Freud (1990) afirma que a consciência consiste em atos mentais que são descritos como dados imediatos. Além disso, ele acreditava que embora os processos conscientes pudessem ser localizados no cérebro, isto não nos ajudaria a compreendê-los.

Ao longo do século XX, a psicanálise influenciou várias áreas do conhecimento, especialmente nas ciências humanas, a exemplo da antropologia cultural, da literatura e das artes. Nos últimos anos, alguns neurocientistas também têm reconhecido o valor da obra freudiana enquanto conhecimento válido (embora não científico), como é o caso de Eric Kandel (1999) e Gerald Edelman (1998, 2006).

3. Estados mentais inconscientes na perspectiva de Searle

Como vimos anteriormente, Freud (2001) considerava a consciência apenas como um produto final dos processos psíquicos inconscientes, uma espécie de percepção-consciência.

Para Searle (2006), no entanto, esta tendência de deslocar a consciência para o segundo plano, que se estabeleceu com Freud e continuou presente na psicologia do século XX, se tornou um obstáculo para o estudo da mesma. Ele questiona, portanto, o conceito de ‘inconsciente’ formulado por Freud, bem como critica o uso do conceito pela psicologia cognitiva².

Segundo Searle, o inconsciente deve ser entendido como sendo tudo aquilo que pode vir a se tornar consciente, isto é, haveria um “princípio de conexão” que permitiria aos estados inconscientes – que são potencialmente conscientes – se tornarem acessíveis à consciência. Assim, uma primeira tentativa de definir um estado mental inconsciente, segundo uma concepção mais ingênua, pré-teórica, seria considerá-lo como sendo “um estado mental consciente menos a consciência” (SEARLE, 2006, p. 218). Esta forma de definir os estados inconscientes, por sua semelhança com os estados mentais conscientes, garantiria sua natureza ‘mental’. Por sua vez, mesmo ao afirmar que o inconsciente é mental e semelhante aos estados conscientes, Searle acrescenta que se trata “de um estado mental que apenas acontece de ser inconsciente neste momento” (SEARLE, 2006, p. 219).

A noção de inconsciente tal como exposta acima pode ser interpretada nos termos do conceito freudiano de ‘pré-consciente’ (SEARLE, 2006), ou seja, da ideia de que, do ponto de vista descritivo, tudo aquilo que não se encontra na consciência, num determinado momento, é inconsciente (FREUD, 2004). Contudo, esta concepção de inconsciente não seria suficiente para explicar a existência de um inconsciente reprimido (recalcado), segundo o ponto de vista dinâmico introduzido por Freud (2004). Para poder compreender, a partir da crítica apresentada por Searle, o conceito freudiano de inconsciente, como também aquele utilizado pela psicologia cognitiva, é necessário recorrer à distinção entre intencionalidade *intrínseca* e intencionalidade *como-se* (SEARLE, 2006).

Nesse sentido, a intencionalidade intrínseca é que seria própria dos estados mentais. Já a intencionalidade como-se poderia ser atribuída a um evento que não é, de fato, intrinsecamente intencional, mas, em certos aspectos, assemelha-se a um evento intrinsecamente intencional, de tal maneira que poderíamos projetar a existência de um estado mental (a partir do comportamento, por exemplo). Para ilustrar a diferença entre os tipos de

² Em relação ao uso do conceito de ‘inconsciente’ pela psicologia cognitiva, Searle (2006, p. 218) comenta: “A tese geral é que os processos mentais inconscientes são mais importantes que os conscientes. Talvez a afirmação mais forte esteja na declaração de Lashley: *‘Nenhuma atividade da mente é jamais consciente’* (itálicos de Lashley). Outra versão radical desse enfoque deve ser encontrada na declaração de Ray Jackendoff (1987) de que, na realidade, há duas ‘noções de mente’, a ‘mente computacional’ e a ‘mente fenomenológica’”. Ver também o conceito de inconsciente procedural em Kandel (1999). *Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry*. *Am J Psychiatry*, 156, 4, p. 505-24. Além disso, também recomendamos o livro de Marco Callegaro, *O novo inconsciente: como a terapia cognitiva e as neurociências revolucionaram o modelo do processamento mental* (Porto Alegre: Artmed, 2001).

intencionalidade mencionados, poderíamos dizer que um ser humano, o qual é dotado de estados mentais, possui 'intencionalidade intrínseca', enquanto um computador, que se comporta como se fosse dotado de estados mentais, apenas possui 'intencionalidade como-se' (LYRA, MOGRABI & EL-HANI, 2016, p. 11).

Ao admitirmos a existência de estados intencionais inconscientes intrínsecos, então não apenas estaríamos incluindo o pré-consciente como também o inconsciente reprimido, tais como introduzidos por Freud. Para este autor, por sua vez, o ato de recordar implica na evocação de memórias já existentes. Estas memórias, evocadas como lembranças (memórias explícitas), estão em estado latente e são armazenadas em alguma área do córtex cerebral, sendo também capazes de interagir com outras áreas do cérebro. Normalmente, evocamos memórias pré-conscientes que se tornam conscientes na medida em que precisamos daquelas informações. No entanto, também existem memórias explícitas que, tendo sido conscientes, foram radicalmente suprimidas quando associadas a experiências desagradáveis, tornando-se reprimidas (inconscientes); estas memórias é que costumam surgir nos sonhos e nos atos falhos (LYRA, 2007). A recordação de memórias reprimidas é um dos objetivos de um tratamento psicanalítico. Segundo Freud (1990, p. 194), em *Recordar, repetir e elaborar*: “Descritivamente falando, trata-se de preencher lacunas da memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão”. Entendemos, pois, que as resistências são fenômenos clínicos que se apoiam no recalque (ou repressão), enquanto fenômeno intrapsíquico.

Não obstante, recordar memórias reprimidas não é o único objetivo da psicanálise: há memórias que não podem ser recordadas, pois jamais foram conscientes nem sequer podem sê-lo. Trata-se de memórias implícitas. Estas memórias geralmente possuem um registro subcortical, estando situadas em regiões mais antigas do cérebro, como o mesencéfalo e o sistema límbico. Dentre os tipos de memórias implícitas, podemos citar as memórias procedurais, emocionais e traumáticas, que, no contexto evolutivo, se apresentam como níveis de memórias biologicamente mais primitivas. Em termos metapsicológicos, podemos afirmar que as memórias implícitas representam um primeiro registro do traço mnêmico no sistema inconsciente (*Ics.*) (LYRA, 2007).

Até o momento, apresentamos uma primeira abordagem do conceito de “inconsciente” segundo Searle (2006). Contudo, ao definir os estados mentais inconscientes como sendo intrinsecamente intencionais, Searle passa a defender a ideia de que os estados inconscientes, no momento em que se encontram latentes, são ontologicamente idênticos aos processos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro. Em outras palavras, “a ontologia do inconsciente

consiste em características objetivas do cérebro capazes de causar pensamentos conscientes subjetivos” (SEARLE, 2006, p. 230, ênfase no original). Assim, o “princípio de conexão” implicaria a existência de uma causalidade. O eventual bloqueio desta causalidade, segundo Searle, poderia ocorrer devido à repressão (recalque) ou à existência de alguma lesão cerebral.

Contudo, ao defender que a ontologia do inconsciente é idêntica àquela dos processos neurofisiológicos do cérebro, Searle (2006) não está afirmando que todos os processos inconscientes são intrinsecamente intencionais. Há processos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro e não possuem uma intencionalidade intrínseca. Neste sentido, Searle chama de ‘superficialmente inconscientes’ aqueles estados mentais inconscientes intrinsecamente intencionais, e de ‘profundamente inconscientes’ os estados inconscientes não-mentais, os quais para ele simplesmente não existiriam. É importante esclarecer que Searle (2000) também considera a existência de estados mentais conscientes que não possuem intencionalidade (por exemplo, ansiedade difusa). Contudo, estamos nos referindo aqui aos estados mentais inconscientes que podem ser intencionais (por exemplo, crenças, desejos e intenções inconscientes) e aos estados inconscientes não-mentais, que, para Searle, não existiriam. Por sua vez, isso não implica que não ocorram no cérebro processos neurofisiológicos que não são nem mentais (portanto, nem conscientes, nem inconscientes), nem intencionais. Segundo Searle (2006), portanto, processos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro podem dar origem a estados mentais, dentre os quais alguns são conscientes e outros inconscientes.

Para Searle, além do conceito de ‘inconsciente’, devemos considerar também os conceitos de ‘Rede’ e ‘*Background*’. Deste modo, podemos dizer, de acordo com Searle (2006, p. 269 – ênfase no original), que

quando descrevemos um homem que tem uma crença inconsciente, estamos descrevendo uma neurofisiologia ocorrente em termos de sua capacidade disposicional de causar pensamentos e comportamentos conscientes. Mas, se isto está correto, então parece seguir-se que a Rede de intencionalidade inconsciente é parte do *Background*.

Assim, a ontologia da porção inconsciente da Rede (que é sempre uma rede de intencionalidade) envolve uma capacidade neurofisiológica, característica própria do *Background*, tendo em vista que este consiste inteiramente em capacidades neurofisiológicas que influenciam diretamente nas relações que determinam as condições de satisfação para que ocorram estados intencionais, conscientes ou inconscientes, os quais estão inseridos numa Rede de outros estados intencionais (SEARLE, 2006).

4. Conclusão

À guisa de conclusão, podemos dizer que, para Searle (2006), embora os estados mentais conscientes sejam causados por processos neurofisiológicos, sua ontologia se apresenta sempre na perspectiva de primeira pessoa. No que diz respeito aos estados mentais inconscientes, apesar de serem intencionais e terem a capacidade potencial de se tornar conscientes, sua ontologia é idêntica aos processos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro.

Se, por um lado, aceitamos o naturalismo biológico defendido por Searle, isto é, o fato de que nossos estados mentais são características biológicas produzidas a partir do funcionamento de nossos cérebros, por outro lado, não podemos simplesmente reduzir a mente somente ao cérebro. É preciso vincular o cérebro ao corpo, pois reconhecemos a existência de uma "mente incarnada", tal como é defendida por alguns neurocientistas na atualidade (EDELMAN, 1998; 2006; DAMÁSIO, 1996; 2000; 2018). Também é necessário que haja uma relação entre o organismo (cérebro e corpo) e o meio ambiente. Portanto, diferentemente de Searle, consideramos explicitamente um conceito de mente que envolve a tríade: corpo, cérebro e ambiente. Em outras palavras, apesar de admitirmos que as relações entre mente e cérebro são bastante fortes, a ponto de tentarmos reduzir os estados mentais (consciência, inconsciente, memória, percepção, entre outros) a eventos neurobiológicos que ocorrem em nosso cérebro, devemos considerar que este importante órgão do sistema nervoso não apenas interage diretamente com o corpo como também com o meio ambiente. Neste sentido, todas as nossas memórias, por exemplo, são produtos de nossas vivências anteriores e atuais, da relação entre o organismo e os objetos exteriores nos mais diversos contextos. Até mesmo nossa percepção pode ser influenciada por nossas memórias, já que os processos que ocorrem em nosso cérebro são dinâmicos.

Como Searle, consideramos que nossa mente inclui alguns processos que são inconscientes e outros que se tornam conscientes. Neste sentido, podemos afirmar que a consciência, portanto, é uma característica biológica de nosso cérebro vinculado ao nosso corpo e em relação constante com o meio ambiente. Somos conscientes porque possuímos um corpo que interage com os objetos externos, e porque esta relação entre o organismo e os objetos pode ser representada de alguma forma em nossos cérebros. Além disso, o que diferencia os seres humanos dos outros animais é que nossa consciência pode ser ampliada através do desenvolvimento da linguagem. Somos animais dotados de linguagem, capazes de realizar ações que envolvem o pensamento simbólico. Assim, não apenas temos consciência dos objetos

que nos cercam num contexto específico e atual, como também somos capazes de nos deslocar para outros contextos, referentes ao passado ou a um futuro antevisto. Ao realizar ações conscientes, transformamos o mundo que nos cerca e criamos uma cultura humana (ou uma “segunda natureza”, como defende o neurocientista Gerald Edelman (2006)): as ciências, as artes, as religiões, as instituições públicas, etc. Se com a linguagem podemos ampliar a nossa consciência, com a invenção de instrumentos artificiais dotados de memória (a exemplo dos computadores) podemos expandir ainda mais a nossa capacidade cognitiva.

Por fim, não podemos negar que a neurociência tem sido capaz de explicar grande parte de nossos estados mentais em termos neurobiológicos, e que essas explicações têm sido utilizadas amplamente pelo senso comum, criando um novo vocabulário (‘estou estressado’, ‘fiquei deprimido’, ‘ela tem um neurônio a menos’, ‘ele tomou gardenal’ etc.). Contudo, continuamos afirmando: “Eu tenho um cérebro”, ou “O meu corpo todo dói”. Ninguém diz: “Eu sou um cérebro”, ou “Eu sou um corpo”. E mesmo que alguém faça uma afirmação assim, por mais estranho que possa parecer, essa pessoa continua tendo um “eu”. Em outras palavras, por mais que a ciência possa realizar uma redução causal do vocabulário mental em termos neurobiológicos, a mente enquanto experiência individual e subjetiva permanece como algo ontologicamente irreduzível. Esta é a posição defendida pelo filósofo John Searle (2006) e que, segundo ele, é compatível com o naturalismo biológico que ele propõe. Deste modo, embora nossa mente (consciente e inconsciente) possa ser explicada em termos neurobiológicos, a minha experiência consciente e subjetiva, vivenciada em primeira pessoa, jamais poderá ser reduzida àqueles termos.

Podemos considerar, ainda, a existência de um mundo estratificado em diversos níveis de realidade, os quais compartilham entre si de teorias explicativas distintas. Se a realidade pode ser explicada de várias formas, de acordo com o nível que escolhemos (físico, químico, biológico, psicológico, social, histórico), seria possível, até certo ponto, traduzir o vocabulário de um nível para o vocabulário do outro. Contudo, temos que considerar que toda tradução envolve perdas. Portanto, apesar de podermos realizar traduções de teorias de um nível para o outro, a fim de poder dialogar utilizando termos comuns, há conceitos que pertencem a um determinado nível e que são irreduzíveis a outros níveis. Desta maneira, torna-se mais vantajoso para a psicologia cognitiva ou para a psicanálise, por exemplo, utilizar as teorias que estão disponíveis no nível da realidade psíquica ou mental, mesmo que tais teorias possam apontar para eventuais correlatos neurobiológicos.

Concluímos, afirmando o desejo de que a neurociência continue realizando avanços em suas pesquisas e que os seus resultados possam, dentro dos limites que lhe são próprios, lançar alguns dos fundamentos neurobiológicos para as ciências humanas, contribuindo para um debate produtivo com a psicologia, a psicanálise e a filosofia da mente.

Referências

ARAÚJO, S. F. *O projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt: uma nova interpretação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

CALLEGARO, M. *O novo inconsciente: como a terapia cognitiva e as neurociências revolucionaram o modelo do processamento mental*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

EDELMAN, G. M. *Biologia da consciência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

EDELMAN, G. M. *Second Nature: brain science and human nature*. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAMÁSIO, A. R. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DAMÁSIO, A. *A estranha ordem das coisas: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 1*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 12*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, S. O Ego e o Id. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 19*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, S. Esboço de psicanálise. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 23*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, S. *A interpretação de sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

FREUD, S. Alguns comentários sobre o conceito de inconsciente na psicanálise. In: FREUD, S. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

FREUD, S. O inconsciente. In: FREUD, S. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KANDEL, E. R. Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry. *American Journal of Psychiatry*, v. 156, n. 4, 1999. p. 505-24, abril.

LYRA, C. E. S. O inconsciente e a consciência: da psicanálise à neurociência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 18, n. 3, jul./set., p. 55-73, 2007.

LYRA, C. E. S.; MOGRABI, G. J. C. & EL-HANI, C. N. O naturalismo biológico de Searle e a relação mente-cérebro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 32, n. 1, mar., p. 7-15, 2016.

SEARLE, J. R. Consciousness. *Annual Review of Neuroscience*, v. 23, mar., p. 557-78, 2000.

SEARLE, J. R. *A redescoberta da mente*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.